

REGISTO

IMIGRAÇÃO E IMIGRANTES EM PORTUGAL **Parâmetros de regulação e cenários de exclusão**

Fernando Luís Machado

Introdução

As questões sociais, culturais e políticas que a imigração laboral coloca às sociedades e estados de acolhimento podem ser analisadas em dois planos distintos: o plano da regulação dos fluxos migratórios, em termos do volume, origem e perfil dos migrantes que atravessam as fronteiras nacionais; e o plano da integração social das populações imigrantes que, depois de atravessadas essas fronteiras, se instalam e vão sedentarizando. Os dois estão obviamente interligados: se não houver qualquer controlo nas fronteiras haverá sempre mais imigrantes a integrar, provavelmente cada vez mais diversificados, e a integração será mais difícil.¹

Ultimamente, a discussão pública, política, e mesmo académica, sobre a imigração tem-se focado sobretudo no primeiro plano, tendendo a esquecer o segundo. Quando se discute apenas, por exemplo, em quantos milhares de novos imigrantes se cifram as necessidades do mercado de trabalho em cada ano, estamos a referir-nos só ao primeiro plano e não ao segundo.

Neste texto têm-se em conta os dois planos. Começarei por referir alguns parâmetros actuais dos fluxos migratórios, que devem ser tidos em conta quando se trata de saber como regular esses fluxos e, depois, chamarei a atenção para alguns sinais do que podem ser, a curto ou médio prazo, cenários de exclusão social de muitos dos imigrantes laborais já fixados em Portugal.

Parâmetros dos fluxos de imigração

Relativamente à questão dos fluxos migratórios e respectiva regulação, gostaria de referir quatro pontos.

O primeiro é para dizer que hoje não se pode falar da imigração sem ter em conta a retomada da emigração portuguesa para velhos e novos destinos. Os discursos sobre o “Portugal, país de imigração” geraram uma atenção exclusiva aos fluxos de entrada, fazendo esquecer os de saída. De acordo com previsões de especialistas, estaremos presentemente numa fase em que há mais de 100 mil saídas anuais (Baganha, 2001), o que significa que não é sequer certo que as entradas superem as saídas, talvez aconteça mesmo o contrário. Para além de outros factores estruturais e conjunturais, de natureza demográfica ou económica, a emigração é, hoje, também, um factor de imigração, com os que entram a preencherem vazios no

mercado de trabalho deixados por portugueses que vão ocupar postos de trabalho similares, mas mais bem pagos, noutros países.

O segundo ponto é para assinalar que a dependência do mercado de trabalho português face à mão-de-obra imigrante se consolidou e diversificou. Ao longo dos anos, os discursos sobre imigração e mercado de trabalho têm sido os de que, concluídos certos ciclos de construção de equipamentos e infra-estruturas de grande porte, não se sabe o que acontecerá aos imigrantes. Disse-se isso a propósito do fim da construção da Expo 98, diz-se agora a propósito da construção dos estádios do Euro 2004. Ou seja, associa-se estreitamente imigração laboral ao mercado de trabalho das obras públicas e construção civil.

Mas o que parece acontecer hoje no mercado de trabalho, também devido à nova emigração, é que não só a dependência estrutural que já há dez anos atrás o sector da construção tinha da mão-de-obra imigrante se acentuou ainda mais (e há novas grandes obras no horizonte), como se alargou a certos segmentos dos serviços pessoais e domésticos ou da hotelaria e turismo, pelo menos.

O terceiro ponto é para referir como as dinâmicas da imigração laboral têm ido muito para além do que tem sido previsto pelo discurso político, ao longo dos últimos dez anos, talvez por não se ter em devida conta os dois factores acabados de enunciar. Menos de dois anos antes da abertura do período de concessão de autorizações de permanência, em 2001, um responsável do governo declarava numa entrevista a um jornal que Portugal estava “no limiar da sustentação da imigração, quer do ponto de vista do mercado de trabalho quer do ponto de vista da opinião pública”.

Como se sabe, depois disso foram atribuídas autorizações de permanência a mais de 170 mil imigrantes, contra a apresentação de um contrato laboral, o que significa que foram integralmente absorvidos pelo mercado de trabalho, sem que se tivessem notado alterações significativas no estado da opinião pública. Diga-se, a este propósito, que resultados de uma sondagem recente, indicando que a grande maioria dos portugueses não quer mais imigrantes, não são novos. Sondagens feitas pela imprensa ao longo dos anos atrás têm dado resultados idênticos.

Este desencontro entre o discurso político e os factos da imigração verificou-se também, tanto a seguir ao processo de regularização de 1993, como a seguir ao de 1996.

Um quarto e último ponto, nesta primeira parte, para dizer que a primeira vaga de imigração, lusófona, de meados dos anos 80 a meados dos anos 90, está progressivamente a aproximar-se de uma fase do ciclo migratório em que as taxas de actividade baixam muito. Isso torna-se bem visível se compararmos, por exemplo, a taxa de actividade média da população cabo-verdiana com a da população ucraniana. A entrada crescente dos imigrantes mais antigos nessa outra fase do ciclo migratório não terá ainda contribuído, por si própria, para a segunda vaga de imigração que vivemos nos últimos anos, mas contribuirá certamente no futuro para criar no mercado de trabalho novos lugares para novos imigrantes.

Cenários de exclusão social

Enquanto, ainda um pouco atónitos, discutimos as surpresas do volume, origem e perfil da segunda vaga de imigração, parece esquecer-se que a imigração de primeira vaga é, hoje, uma imigração fixada, sedentarizada, na qual se antevêem poucas condições e vontades de regresso aos países de origem. E, sendo assim, é uma imigração relativamente à qual podemos perguntar se está globalmente num trajecto de integração ou de exclusão na sociedade portuguesa. Recordo que me estou a referir aqui, exclusivamente, aos migrantes laborais, deixando de lado, portanto, os chamados imigrantes profissionais, que também existem em número significativo em Portugal, como noutros países receptores, segundo uma lógica bipolar que caracteriza muitas migrações internacionais (Baganha, 2001).

Um indicador estratégico para responder a essa pergunta é o da condição socioprofissional dos imigrantes. Quando olhamos para as suas modalidades de inserção no mercado de trabalho, vemos que uma é claramente dominante, embora não exclusiva (Baganha, Ferrão e Malheiros, 2002). A maioria esmagadora dos imigrantes de primeira vaga são trabalhadores por conta de outrem dos sectores mais desqualificados, precários, quando não informais, do mercado de trabalho.

Ou seja, dizendo por outras palavras, os migrantes de primeira vaga entram em Portugal colocando-se nos níveis mais baixos da estrutura de classes. Em si mesmo, esse facto não é sinónimo obrigatório de exclusão social. A questão é saber se e quantos deles aí permanecerão indefinidamente ou em que medida se verificará em Portugal o processo, conhecido noutras sociedades receptoras, em que os imigrantes começam na base da pirâmide e, progressivamente, se vão movendo para cima, em termos intra e intergeracionais. É disto que dependem, em boa medida, os cenários de integração ou de exclusão.

No caso português, pode até dizer-se que já não seria pouco se muitos imigrantes se movessem não para cima, mas simplesmente “para o lado”, deixando os segmentos informais, precários e de hiperexploração em direcção aos segmentos mais estáveis e integrados do operariado e dos empregados executantes dos serviços.

Vejam alguns números: em 1998, os trabalhadores da indústria, construção civil e transportes perfaziam 85% da população activa entre os cabo-verdianos, 81% entre os guineenses e 74% entre os angolanos (Pires, 2002). Em 1995, o conjunto dos nacionais dos PALOP pertencentes a essa categoria socioprofissional representava 79% e, em 1986, 85% (Machado, 1999). Embora a fonte estatística aqui utilizada não permita distinguir entre os casos de permanência duradoura e as novas entradas para essa categoria profissional, há nestes números um sentido geral de constância e regularidade, confirmável por outras vias, o qual indica que muitos dos imigrantes africanos, se não a maioria esmagadora, que entraram, há 15, 10 ou 5 anos, para o sector da construção civil e obras públicas, aí permanecem até hoje. Conhecendo as características de precariedade, informalidade e risco profissional que caracterizam esse sector, não será exagero dizer que muitos dos imigrantes

laborais de primeira vaga se encontram num patamar de vulnerabilidade à exclusão social.

Um segundo indicador estratégico para responder à questão de saber se estamos perante trajectos virtuais de exclusão ou de integração social, é o que respeita às crianças e jovens descendentes desses imigrantes. Como nota Alejandro Portes (1999), a melhor medida da integração das populações imigrantes nas sociedades de acolhimento não é a situação em que vivem os imigrantes de primeira geração, mas o destino social dos seus descendentes, as chamadas segundas gerações.

A este respeito, há duas indicações preocupantes (Machado, 1994; Justino e outros, 1999). Uma é a das taxas de insucesso escolar das crianças e jovens de origem africana. Entre os anos lectivos de 1992/93 e 1997/98, o último para o qual há dados disponíveis, as taxas médias de reprovação dos alunos de origem africana no 1.º ciclo do ensino básico foram sempre mais altas do que as dos alunos da população maioritária, especialmente no caso das crianças luso-cabo-verdianas, cujas taxas oscilaram, nesse período, entre os 20 e os 26%, contra uma variação entre os 12 e os 14% das crianças da maioria. A outra indicação preocupante é a dos jovens de origem africana na população prisional, onde estão bastante sobre-representados face ao peso global na sociedade portuguesa das populações de que são oriundos.

É claro que não podemos cair no reducionismo de tomar neste caso a parte pelo todo, como faz frequentemente a comunicação social, que estigmatiza os jovens de ascendência africana, associando-os de forma genérica à criminalidade e insegurança. A esse subconjunto minoritário e mais problemático das segundas gerações, podemos contrapor, embora apenas numa base impressionista, já que a falta de estudos nesta área é gritante, os muitos mais jovens com a mesma origem que encontramos integrados profissionalmente nos sectores do comércio, restauração e serviços, um pouco por toda a área metropolitana de Lisboa, o que indicia alguma mobilidade social intergeracional. Mas isso não apaga o facto de os dois indicadores citados revelarem, já hoje, sinais fortes de exclusão ou vulnerabilidade à exclusão social.

A permanecerem ou a acentuarem-se estes indicadores de vulnerabilidade social, estaríamos perante o que, numa formulação sintética e imagética, poderíamos designar por “cenário Cova da Moura”.

Nesse bairro do concelho da Amadora, que não é caso único, residem, não propriamente imigrantes recém-chegados, mas famílias já com um tempo considerável de residência em Portugal. E, no entanto, ainda não se vê um fim para as condições de habitação e ambientais extremamente degradadas em que vivem há tantos anos, apesar dos resultados positivos que noutros lugares obtiveram os programas de realojamento (e de que poderia aqui dar-se como contra-exemplo a história da Quinta do Mocho).

Se, para além do efeito de concentração espacial degradada, considerarmos que se trata de imigrantes que continuam em ocupações desqualificadas e precárias, apesar do tempo de residência que já levam, e que há aí um grande número de crianças e jovens, parte deles em situação problemática, concluímos facilmente que estamos perante um cenário de contrastes sociais elevados, sinónimo de exclusão (Machado, 2002). Não é certamente por acaso que nesse bairro ou nas suas

imediações têm ocorrido, ao longo do tempo, alguns casos de violência muito graves, com moradores jovens mortos pela polícia e um polícia morto por um morador jovem.

Em termos mais amplos, cenários virtuais de exclusão seriam aqueles em que se alteraria a actual relação entre imigração e pobreza, medida pelos habituais índices e limiares de rendimento. Até agora, em Portugal, a grande maioria dos pobres não é constituída por imigrantes, embora a grande maioria dos imigrantes, à luz desses critérios, seja considerada pobre. Em cenários de exclusão, o que aconteceria é que os universos da pobreza e dos imigrantes se sobreporiam cada vez mais, o que representaria, também, uma coincidência perigosa entre certas linhas de divisão social e de classe e certas linhas étnicas e raciais.

Gostaria de terminar com uma referência, neste contexto, à segunda vaga de imigração, sobretudo aos imprecisamente chamados “imigrantes de leste” e os que poderíamos designar por novos brasileiros, com um perfil muito menos qualificado do que os mais antigos, podendo falar-se agora, no caso brasileiro, de uma imigração dual, e já não tanto de uma imigração profissional.

Entre os imigrantes ucranianos, moldavos ou romenos, as percentagens de activos a trabalhar na construção civil, em 2001, andavam à volta dos 50% a 60%, mais baixas, portanto, do que as dos imigrantes africanos. Mais baixa ainda era a percentagem de imigrantes brasileiros de segunda vaga a trabalhar nesse sector, que não passava dos 26%. Mas se, num caso e noutro, juntarmos a esses trabalhadores aqueles que ocupam postos desqualificados e pouco estáveis nos serviços, indústria transformadora e hotelaria e turismo, chegamos também a valores da ordem dos 80 e 90% (Pires, 2002).

A questão que aqui se coloca é esta: será que a prazo também estes imigrantes de segunda vaga tenderão a permanecer nos sectores de actividade em que iniciaram o seu trajecto profissional em Portugal, reproduzindo assim o que parece estar a acontecer com os imigrantes mais antigos?

No que respeita especificamente aos “imigrantes de leste”, pensa-se imediatamente nas qualificações profissionais de que são portadores, que, de forma genérica, se sabe serem, em média, mais elevadas do que a de outros migrantes e mesmo do que as da população portuguesa. Mas o que é certo é que, até agora, na grande maioria dos casos, a posse dessas qualificações não se tem traduzido em trajectos de diferenciação profissional.

Nota

- 1 Uma primeira versão deste texto foi apresentada na *Mesa Redonda: Problemas da Imigração*, organizada pelo Conselho Económico e Social, em 4 de Dezembro de 2002.

Referências bibliográficas

- Baganha, Maria Ioannis (2001), "A cada sul o seu norte: dinâmicas migratórias em Portugal", em Boaventura de Sousa Santos (org.), *Globalização: Fatalidade ou Utopia?*, Porto, Afrontamento, pp. 135-159.
- Baganha, Maria Ioannis, João Ferrão, e Jorge Malheiros (orgs.) (2002), *Os Movimentos Migratórios Externos e a sua Incidência no Mercado de Trabalho em Portugal*, Lisboa, Observatório do Emprego e da Formação Profissional.
- Justino, David, Maria Margarida Marques, Tiago Ralha, Susana Palácio, e Hugo de Seabra (1999), "Children of immigrants: a situation in flux between tension and integration", em AA.VV., *Metropolis International Workshop Proceedings*, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, pp. 273-304.
- Machado, Fernando Luís (1994), "Luso-africanos em Portugal: nas margens da etnicidade", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 16, pp. 111-134.
- Machado, Fernando Luís (1999), "Imigrantes e estrutura social", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 29, pp. 51-76.
- Machado, Fernando Luís (2002), *Contrastes e Continuidades: Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- Pires, Rui Pena (2002), "Mudanças na imigração: uma análise das estatísticas sobre a população estrangeira em Portugal", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 39, pp. 151-166.
- Portes, Alejandro (1999), *Migrações Internacionais: Origens, Tipos e Modos de Incorporação*, Oeiras, Celta Editora.

Fernando Luís Machado. Investigador do CIES, docente do Departamento de Sociologia do ISCTE. *E-mail*: Fernando.machado@iscte.pt